

----- ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA DOIS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SETE: -----

----- Ao segundo dia do mês de Março do ano de dois mil e sete, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, a segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), a qual tinha sido convocada por consenso na última sessão ordinária de Fevereiro que se realizou no dia vinte e oito do citado mês, de acordo com o artigo quinquagésimo segundo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

----- A Ordem de Trabalhos foi a seguinte, tendo em conta os assuntos que ficaram por apreciação e deliberação na primeira reunião da sessão ordinária de Fevereiro, que se realizou no passado dia vinte e oito: -----

----- **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. -----

----- **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação; -----

----- **Ponto dois:** Atribuição da Medalha de Mérito Municipal, a título póstumo, ao Senhor Manuel Maria dos Reis: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto três:** Proposta de Adesão à Rede Portuguesa de Moinhos: apreciação e deliberação; -----

----- **Ponto quatro:** Proposta de Classificação de Património de Interesse Municipal: -----

apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto cinco:** Designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores, para a composição da Comissão Alargada, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira. -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e um membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Alberto José Jesus Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, em substituição do senhor António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da respectiva Junta), Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel Guerreiro, José Manuel dos Reis Guerreiro, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Paula Cristina dos Santos Custódio, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma e Valdemar Pacheco Silvestre, e as ausências dos senhores Diogo Castanheira Vilhena, Fernando José Romão da Silva Valério, Helena Maria Theodora Loermans, José

Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Candeias Guerreiro e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

-----**-I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que na última reunião da sessão ordinária de Fevereiro, tinham sido adiadas algumas intervenções, pelo que iriam retomar esse ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Relativamente a este ponto Antes da Ordem do Dia, informou que tinha ficado pendente a proposta apresentada à Mesa da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, sobre “Visita às Instalações da Associação Vida por Vida – Pró Bombeiros em Vila Nova de Milfontes” e a transformação do Grupo de Trabalho para “Elaboração da Folha da Assembleia”, em Comissão Permanente. -----

----- Ainda antes de se proceder às intervenções, informou os presentes de alguma correspondência que entretanto tinha dado entrada e que considerava importante a sua divulgação, designadamente: -----

----- a) Entrada número setenta e três, datada do dia dois de Março do corrente ano, enviado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, sobre “a Construção do IP 8 – Sines/ Vila Verde de Ficalho”; -----

----- b) Entrada número setenta e cinco, datada do dia dois de Março do corrente ano, enviado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, sobre “Cuidados de Saúde no

Concelho de Odemira”;

----- c) Entrada número setenta e seis, datada do dia dois de Março do corrente ano, enviado pelo Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, sobre “Pedido de isenção de alvarás às Juntas de Freguesia, para o exercício da actividade de transporte de doentes”.

----- Por último, leu o documento apresentado pela senhora Helena Loermans: “Não posso ir à reunião da sexta-feira (...) não sei se posso intervir à distância na próxima sexta-feira, mas ficou no ar a minha pergunta, qual é a situação em relação ao funcionamento dos correios e à nossa resposta para a ANACOM.

----- Será que no futuro vamos ter possibilidade de intervir por vídeo-conferência pelo skype?”

----- Seguiram-se as intervenções que tinham ficado pendentes desde a última reunião.

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que apresentou o Requerimento que seguidamente se transcreve na íntegra:

-----“**REQUERIMENTO**-----

----- Na sessão desta Assembleia Municipal realizada no dia 02 de Fevereiro passado, sobre Saúde e Acessibilidades, esteve presente o Senhor Director de Estradas de Beja – Sr. Eng.º Melo, que informou do estado das estradas Nacionais em termos de obras, tendo referido que a Estrada Nacional 390 que liga Cercal do Alentejo, passando por Vila Nova de Milfontes até Portas de Transval, estava em execução, o que de facto corresponde à verdade.

----- A empresa a quem a obra foi adjudicada, iniciou os trabalhos em diversos pontos mas até à data não procedeu a qualquer tipo de trabalhos com vista à execução da rotunda prevista, para a entrada e saída de viaturas de e para Vila Nova de Milfontes.

----- Todos sabemos que durante a época balnear e não só, muitos cidadãos que nos visitam ou aqui pretendem passar as suas férias, desesperam perante aquele ponto negro e conflituoso que é a entrada e saída de viaturas de e para Vila Nova de Milfontes.

----- Nos termos Regimentais, requeremos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

que solicite informação ao Senhor Director de Estradas de Beja, que informe esta Assembleia Municipal o mais breve possível sobre:-----

----- • Se está previsto o início de trabalhos de execução da rotunda de entrada e saída de Vila Nova de Milfontes a breve prazo;-----

----- • Qual a previsão temporal de execução de construção da rotunda”. -----

----- Perguntou ainda sobre a localização da futura Escola de Ensino Básico de Vila Nova de Milfontes, uma vez que frequentemente se falava que seria nos Alagoachos, porém havia rumores que seria em outro local.-----

----- Por último, perguntou se o ensino secundário do Colégio particular de Vila Nova de Milfontes, iria ser transferido para a Escola Secundária de Odemira. -----

----- Interveio o senhor Aníbal Simão que relembrou a intervenção da jornalista Alexandra Monteiro numa sessão da Assembleia Municipal, questionou em que situação se encontrava a questão da limpeza da ribeira de Pereiras-Gare, nomeadamente se existia alguma resposta do INAG.-----

----- Relembrou também que a reparação e beneficiação da estrada que ligava Pereiras-Gare ao Viradouro, era uma obra de extrema importância para o desenvolvimento daquela zona, uma vez que permitia encurtar as distâncias para Odemira e para São Marcos da Serra. -----

----- Por último, perguntou sobre a repavimentação das ruas de Pereiras-Gare. -----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que apresentou o documento que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- **“PARECER/ MOÇÃO** -----

----- **Centro de Acolhimento Temporário para Crianças**-----

----- A Assembleia Municipal de Odemira tem vindo a convidar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira para aqui apresentar os seus trabalhos, dificuldades e sucessos, o que torna estreita a nossa relação. Pela segunda vez esta Comissão traz na sua

exposição uma grande preocupação que se prende com a urgente criação/ melhoria de respostas sociais que visem a protecção de crianças e jovens, nomeadamente Centros de Acolhimento Temporários e Famílias de Acolhimento. -----

----- Os Deputados desta Assembleia entendem aliar-se a esta luta legítima da CPCJ de Odemira para pugnar junto das diferentes entidades, demonstrando a pertinência e necessidade destes recursos no Concelho de Odemira. -----

----- Neste sentido é nosso entender que um dos motivos porque tantos Centros de Acolhimento Temporário acabam por funcionar como lares é o facto de acolherem crianças e jovens oriundos de famílias residentes, por vezes, a muitos quilómetros de distância. Tal facto como compromete, inevitavelmente, a reintegração da criança na família de origem se atendermos aos condicionalismos inerentes às distâncias a percorrer e às consequentes dificuldades dos técnicos em efectuarem um acompanhamento eficaz às famílias. Por outro lado, também se verificam constrangimentos relativamente às visitas dos pais dos menores institucionalizados que, não raras vezes com inúmeras dificuldades económicas, se vêem privados de um contacto mais frequente com os filhos. -----

----- Se considerarmos que: -----

----- - no Distrito de Beja apenas existe um Centro de Acolhimento Temporário e uma única Família de Acolhimento; -----

----- - que a Comissão prevê que, não obstante todos os esforços no sentido de evitar a separação familiar, seja necessário continuar a aplicar medidas de acolhimento e que o mencionado centro se encontra sem condições de acolher mais crianças; -----

----- - que a referida família de acolhimento está, neste momento, “requisitada” com dois menores acompanhados pela CPCJ de Odemira; -----

----- Parece-nos inquestionável a necessidade da criação de um centro de acolhimento temporário, bem como a urgência de se reunirem esforços no sentido de um aumento de

famílias de acolhimento.-----

----- Há vários anos que os parceiros deste Concelho em matéria de infância e juventude procuram soluções para este problema e continuam disponíveis para discutir com as entidades competentes as melhores soluções, de braços caídos nunca estiveram e é garantido que não estão dispostos a deixá-los cair, por isso o nosso apoio incondicional a esta causa. -----

----- Face ao exposto solicitamos que a Entidade que representa emita um parecer, e que faça uma aliança com esta causa procurando solucionar uma intervenção mais eficaz e mais humana para o futuro das nossas crianças e jovens.-----

----- Odemira, 2 de Março de 2007 -----

----- Entidades:-----

----- - Ministério do Trabalho e Solidariedade Social;-----

----- - Ministério da Saúde;-----

----- - Ministério da Justiça;-----

----- - ISS, IP, Lisboa;-----

----- - ISS, IP/ Centro da Segurança Social de Beja; -----

----- - Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco”. -----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que relembrou o estado degradado em que se encontravam as ruas da sede do concelho, principalmente quando chovia. Questionou também em que situação se encontrava a alteração da sinalização nas ruas de Odemira, uma vez que em tempos tinha sido aprovada uma alteração para a Rua Comandante Guilherme Gomes Fernandes e até à data continuava tudo na mesma. --

----- Solicitou ainda que se debruçassem sobre o problema do saneamento básico das habitações existentes na Portela da Roda, na Bemposta, uma vez que não podiam fazer as fossas. Ainda em relação àquela zona, relembrou que as fossas na Bemposta desaguavam no meio da várzea e na “aldeia de cima” existiam algumas “a céu aberto”.-----

----- Relembrou também que a escultura que se encontrava na Praça Sousa Prado, em Odemira, ainda continha os ferros soltos, o que considerava bastante perigoso para os munícipes, nomeadamente crianças.-----

----- Perguntou ainda, em que situação se encontravam as pinturas murais da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, em Odemira, considerando que o património do concelho de Odemira não era muito vasto, pelo que seria importante “olharem para o pouco que tinham”.-----

----- Referiu ainda que a rua que dava acesso ao Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade, em Odemira, tornava-se caótica quando os pais iam deixar as crianças, havendo inúmeras queixas dos moradores da zona. Em face do exposto, sugeriu que fosse equacionada a hipótese de fazerem um acesso pelas traseiras do edifício em causa, através do quintal que não estava a ser aproveitado. -----

----- Por último, disse que o Mercado Municipal de Odemira estava cada vez mais “morto”, pelo que deveriam repensar aquele espaço de uma outra forma, com zonas comerciais, promovendo a dinamização daquela zona.-----

----- Relativamente ao cemitério e aos recentes boatos, disse que não tinha ouvido falar em questões políticas, mas sim em campas rasas e abatidas, o que não era agradável para quem lá ia, nomeadamente para os familiares. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à Escola Básica de Vila Nova de Milfontes, disse que inicialmente tinham pensado em construir a escola junto ao Pavilhão dos Alagoachos, porém quer do ponto de vista do enquadramento com o pavilhão, quer da proximidade com as bombas de gasolina, foi necessário equacionar outro local, até porque tinha havido, de imediato, uma reacção por parte dos pais. Em face disso, o local em causa seria no recinto existente atrás da escola de Vila Nova de Milfontes.-----

----- Quanto à questão do Colégio de Vila Nova de Milfontes, informou que apenas tinham sido abordados informalmente pela Direcção Regional de Educação, sobre a possibilidade de



transferir o sector secundário para Odemira. Revelou ainda que a sua resposta tinha sido negativa, no entanto tinha conhecimento que existia uma pressão nesse sentido, porque uma das questões que se colocava era a falta de alunos na Escola Secundária de Odemira e o facto de existirem professores que não tinham horários completos.-----

----- Informou ainda, relativamente à limpeza da ribeira de Pereiras-Gare que não tinham qualquer resposta por parte do INAG, e bem assim referiu que a jornalista tinha enviado para a Câmara Municipal um segundo documento que foi apreciado e novamente enviado para o INAG. Referiu também que a Câmara Municipal tinha-se solidarizado com ela no sentido de conseguirem alguns apoios, nomeadamente através do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional, através do programa FEADER que ia gerir a ruralidade. -----

----- Quanto ao Caminho Municipal número mil cento e noventa e um traço dois, lembrou que o projecto estava incluído no quadro de prioridades referente às estradas que deveriam ser intervencionadas, que tinha sido submetido ao Quadro Comunitário de Apoio e que não tinha sido dado seguimento. Referiu ainda que se tratava de uma estrada muito importante, porém considerou que quando existia falta de verba, tinham de definir prioridades, nomeadamente tendo em conta o volume de movimento nas estradas e a quantidade de utentes. -----

----- Informou ainda que a repavimentação das ruas de Pereiras-Gare estava incluída no empréstimo aprovado na última reunião da Assembleia Municipal.-----

----- Quanto ao estado das ruas de Odemira, disse que já tinha respondido a essa pergunta numa outra sessão. Lembrou que as ruas precisavam de sofrer uma intervenção de fundo, nomeadamente ao nível das redes de águas, esgotos e águas pluviais, pelo que não fazia sentido irem repavimentar para posteriormente partir tudo novamente. Ainda em relação a este assunto, informou que iriam reparar alguns buracos e tentar melhorar algumas zonas. -----

----- Quanto à questão da sinalização das ruas de Odemira, informou que o Plano de Sinalização estava concluído, pelo que iriam reunir com as Juntas de Freguesia envolvidas e a

Guarda Nacional Republicana. -----

----- Informou ainda que o problema das fossas na Bemposta, era muito complicado, porque parte do terreno tinha de ser desafectado da Reserva Ecológica Nacional. -----

----- Por último, em relação às pinturas da Igreja da Santa Casa da Misericórdia, informou que tinham sido alertados para o facto do protocolo estabelecido com a Câmara Municipal, para a gestão daquele espaço se encontrar irregular, pelo que tiveram de o revogar. Disse ainda que actualmente a gestão da igreja era da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Disse também que a Câmara Municipal tinha a noção que o Mercado Municipal não funcionava e por esse facto estavam a repensar aquela zona, havendo já algumas ideias, no entanto estavam dispostos a partilhá-las e a receber contributos. -----

----- Em relação à questão do cemitério, informou que tinha solicitado informações da Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica do Município de Odemira, porque entendia que quem comprava as sepulturas seria responsável por elas, porque na realidade considerava que se tratava de propriedade privada. -----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou, relativamente à Escola Básica de Vila Nova de Milfontes, que tinha havido uma primeira reacção por parte dos pais, relativamente à localização da escola junto ao pavilhão dos Alagoachos, muito por força da proximidade à bomba de gasolina. -----

----- Quanto à questão do Colégio de Vila Nova de Milfontes, informou que apenas tinham sido contactados, informalmente, pela Direcção Regional de Educação do Alentejo, relativamente ao primeiro ciclo e à existência do Agrupamento Horizontal Milfontes/ São Luís.

----- Por último, disse que a escultura que se encontrava na Praça Sousa Prado, em Odemira, tinha sido colocada lá temporariamente para exposição e tratava-se apenas de uma parte da obra. Disse ainda que já tinham acertado com a escultora o espaço para a obra completa que seria de uma dimensão muito superior ao que estava exposto. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que colocou à consideração dos presentes, a Proposta apresentada pelos membros eleitos pelo Partido Socialista e que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

----- **“PROPOSTA** -----

----- Para: Mesa da Assembleia Municipal de Odemira -----

----- No seguimento da carta enviada em 17/11/2006 pela Vida por Vida Associação Pró Bombeiros em V.N. Milfontes, a convidar os membros desta assembleia municipal a visitar as suas instalações. Também no seguimento de proposta já apresentada verbalmente em anterior assembleia municipal, vimos propor que a referida visita se realize de forma conjunta por toda a assembleia. -----

----- Caso a assembleia assim o decida esta podia ser uma forma de demonstrar o apoio incondicional deste órgão à referida associação”. -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi esta proposta devidamente aprovada por consenso.-----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo-se ao documento apresentado pela senhora Helena Loermans, recordou o apelo que tinha feito, em outras sessões, aos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, para que lhe fizessem chegar o ponto da situação relativamente ao funcionamento dos serviços dos correios. Informou também que já tinham recebido algumas respostas, pelo que aguardaria mais uma semana e posteriormente remeteria as preocupações apontadas à ANACOM.-----

----- Colocou ainda à apreciação dos presentes a proposta apresentada pela senhora Telma Guerreiro, na última reunião da Assembleia Municipal, nomeadamente a transformação do Grupo de Trabalho para “Elaboração da Folha da Assembleia”, em Comissão Permanente. Não havendo qualquer intervenção, esta proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por consenso.-----

----- Colocou ainda á apreciação dos membros presentes, o Parecer/ Moção, apresentado pela senhora Telma Guerreiro, sobre “Centro de Acolhimento Temporário para Crianças”. Não havendo qualquer intervenção, este documento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por consenso.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que apresentou o requerimento que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

----- **“REQUERIMENTO**-----

----- Solicito resposta à pergunta que coloquei no passado dia 28/02/2007 ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira, sobre o ponto da situação da estação de tratamento do Castelão. -----

----- Esta questão ficou de ser respondida pelo Sr. Vereador José Alberto”. -----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou que a obra da ETAR do Castelão estava adjudicada e tinha sido iniciada, no entanto tinha surgido um problema aquando da escavação, o terreno tinha mostrado uma desagradável surpresa, pois tratava-se de um terreno rochoso com afloramentos de rocha ferrosa. Revelou que isso tinha originado um volume de acréscimo de trabalhos de tal forma que tinha ultrapassado aquilo que era possível, em termos de trabalhos a mais do valor da empreitada e obrigado à preparação de um estudo geológico e estimativa de um valor para um concurso adicional. -----

----- Revelou que esse procedimento estava tratado, pelo que, dentro do que era razoável em termos de prazos, os trabalhos deveriam ser retomados no final do mês de Março.-----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que fazia parte da Associação de Pais e na última reunião que tinha tido tinham falado da possibilidade de irem turmas da Escola Damião para a Escola Secundária. Questionou ainda: “Se o concelho tem uma escola secundária e se realmente tem falta de alunos e uma vez que se estão a fechar escolas do primeiro ciclo para centralizar, será que o

critério não deve ser uniforme? Ou será estritamente em relação ao primeiro ciclo que isso tem que ser feito?”-----

----- Considerou ainda que os cemitérios eram das coisas mais complicadas que existiam, porque interferiam muito com os sentimentos, feitios e susceptibilidades de todas as pessoas. Considerou ainda que as sepulturas eram concessões de terreno, porque legalmente, os particulares para colocarem a campa tinham de solicitar a autorização da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse o seguinte: “eu não sei quem está a trabalhar no cemitério em Odemira, mas pedia a atenção do Executivo Municipal, porque me chegaram ecos da excessiva juventude de um ou dois funcionários de lá, porque parece que quem lá está tem que ter uma formação específica e uma formação não só a nível técnico”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou, que apenas aos dezoito anos as pessoas poderiam apresentar candidaturas aos concursos do Município de Odemira, pelo que não entendia a questão da excessiva juventude. Disse ainda que tinham grandes dificuldades em encontrar quem quisesse trabalhar no cemitério, porque o ordenado, em termos de carreira, era uma miséria e tinham de ter coragem e estômago para estarem naquele local. Referiu ainda que não havia nenhuma formação específica para aquele tipo de serviço. -----

----- Por último, considerou que o que levava as pessoas a escolherem aquela profissão, era a ausência de resposta em termos de outro tipo de emprego. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que perguntou se haveria alguma hipótese desse tipo de serviço ser prestado por uma empresa privada.-----

----- Interveio o senhor Fernando da Encarnação que informou que desconhecia em absoluto a existência de empresas privadas para esse tipo de serviços e, bem assim referiu que

noutros países já existiam cemitérios particulares. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse que corroborava as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à dificuldade que tinham, em conseguir jovens que quisessem trabalhar no cemitério. Considerou ainda que, se de facto existisse algum comportamento menos claro, próprio da juventude, as pessoas deveriam dirigir-se à Câmara Municipal e comunicar esse facto. Considerou ainda que havia a necessidade de se fazer uma intervenção na compostura das campas que iam abatendo, no entanto compreendia que os funcionários eram poucos e que ainda estava a decorrer o concurso para admissão de mais pessoas. -----

----- Por último, alertou para o facto de existirem várias queixas por parte de alguns munícipes, relativamente à cobrança das taxas de ocupação da via pública, por parte de algumas Juntas de Freguesia do concelho. Relembrou que essa cobrança tinha resultado da descentralização de competências e, bem assim, referiu que as Juntas de Freguesia não poderiam cobrar valores diferentes dos que estavam no regulamento que se encontrava em vigor, pois estavam sujeitas a reclamações, impugnações ou até reposição de verbas.-----

----- Ainda antes de se proceder ao tratamento dos assuntos agendados no período da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes a inclusão do seguinte assunto, cuja documentação tinha sido previamente distribuída: “Ponto seis: Acordo de Cooperação com as Freguesias do Município de Odemira: apreciação e deliberação.”-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação desta proposta de inclusão, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

----- **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referindo-se ao Mapa da Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica, constante na sétima página do relatório, sugeriu que à semelhança do que acontecia no mapa da Secção de Aprovisionamento, viessem mencionadas as verbas que eram genericamente referidas nos processos discriminados. Sugeriu também que fossem colocados números de ordem nos assuntos constantes do relatório. -----

----- Seguidamente solicitou esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos:-----

----- a) na décima página, sobre a “Exposição apresentada sobre estabelecimento “A Fonte” – V. N. Milfontes” e o “Desaparecimento de objectos aquando de demolição de prédio em Rua Serpa Pinto”;-----

----- b) na décima primeira página, sobre os “Imóveis sujeitos ao exercício do direito de preferência levado a efeito pelo Município”;-----

----- c) na décima quinta página, no terceiro assunto, referente à “Renda Apoiada – habitações municipais”;-----

----- d) na décima sétima página, sobre a “Visita guiada de grupo de juristas e advogados integrantes da CIBERJUS”;-----

----- e) na vigésima sexta página, referente ao “Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Odemira”. Sugeriu que fizessem chegar um exemplar à Mesa da Assembleia Municipal para recolha de eventuais contributos;-----

----- f) na vigésima sétima página, relativamente à Sociedade Recreativa e Musical

Sanluizense; -----  
----- g) na trigésima nona página, sobre o “Fundo de Maneio” e a “Fundação Odemira” ;-----  
----- h) na quadragésima primeira e quadragésima quinta página, relativamente à “Proposta de acordo de gestão do Centro Social e Cultural da Longueira”; -----  
----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que referindo-se à décima quarta página, relativamente à “Alteração ao Regulamento de Bolsas de Estudo”, informou que no anterior mandato tinham constituído um Grupo de Trabalho para tentar reformular aquele documento e, bem assim revelou que uma das questões que se tinha levantado na altura e que tinha uma certa pertinência, era tentar criar instrumentos, no Regulamento, que reflectissem melhor a justiça social.-----  
----- Em face do exposto, questionou se já tinham iniciado os trabalhos e se estavam a conseguir criar os tais critérios.-----  
----- Interveio o senhor Humberto Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador, que referindo-se à septuagésima primeira página, questionou em que situação se encontrava o Plano de Pormenor de Portas de Transval. -----  
----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à oitava página, solicitou esclarecimentos acerca do “Pagamento e Cabimentação de Honorários – Reversão de lotes em S. Luís” . -----  
----- Interveio o senhor Fernando da Encarnação que referindo-se à quadragésima quarta página, sobre as “Infra-estruturas no Loteamento Municipal da Boavista dos Pinheiros”, referiu que não entendia o porquê da obra ainda não se ter iniciado, apesar de já ter sido adjudicada. Referiu ainda que não compreendia porque é que apenas no dia dezoito de Janeiro do corrente ano, tinha sido aprovado o plano de segurança e saúde. -----  
----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu, relativamente ao assunto constante na página oitava, que se tratava de um lote em São Luís que não tinha sido



construído, apesar de ter sido feita a escritura e o registo e que a pessoa não tinha vindo fazer a escritura de reversão; na décima página, o assunto referente à “A Fonte”, tinha a ver com uma queixa que tinha sido apresentada, enquanto que o desaparecimento de objectos era referente ao um prédio degradado que existia na Estrada da Circunvalação, em Odemira e que por acumular lixo, animais e mau cheiro, a Câmara Municipal tinha sido alertada pelos moradores vizinhos, para tomar as precauções devidas. Disse ainda que, apesar de ter sido notificado o proprietário daquele terreno, a Câmara Municipal teve de tomar as medidas necessárias e contratou a empresa Edgar e Costa para fazer a limpeza. Passados uns dias surgiu uma queixa das moradoras dos prédios vizinhos, acerca do desaparecimento de objectos de sua pertença. -----

----- Quanto ao assunto constante da quinquagésima página, informou que a “Renda Apoiada – Habitações Municipais” era calculada mediante os pressupostos constantes numa portaria própria, os rendimentos, a taxa de esforço, entre outros. -----

----- Quanto à décima sétima página, disse que os advogados associados da Ciberjus tinham efectuado um encontro em Odemira e a Dr. Céu Proença tinha solicitado à Câmara Municipal a disponibilização de um autocarro. -----

----- Por último, disse que o assunto relativo à Fundação Odemira dizia respeito a uma dívida referente a encargos de aluguer do pavilhão. Informou ainda que o Plano de Pormenor das Portas de Transval se encontrava “encalhado” como os Planos de Pormenor do Carrascal e Cruzamento do Almogrove, mas que estavam a trabalhar nos mesmos. -----

----- Quanto à infra-estruturas do Loteamento Municipal da Boavista dos Pinheiros, disse que a obra tinha sido adjudicada, entregue e consignada e, bem assim informou que competia ao empreiteiro, antes de dar início aos trabalhos, a apresentação de um plano de segurança e saúde que deveria ser aprovado pela Câmara Municipal. -----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto que referiu que a obra das infra-estruturas da Boavista dos Pinheiros estava consignada e entregue à empresa Silvívias que tinha o prazo de

um ano para a executar. Disse ainda que a empresa tinha de apresentar um plano de trabalhos. Referiu também que o plano de segurança era um instrumento obrigatório em todas as obras por empreitada e previa, para além da calendarização dos trabalhos, as medidas relativas à segurança no desenvolvimento dos mesmos. Informou ainda que esse plano tinha de ser aprovado pela Câmara Municipal e a sua elaboração era da competência do empreiteiro.-----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que o Regulamento das Bolsas de Estudo era dos mais melindrosos e passíveis de alteração. Disse ainda que no momento estavam a trabalhar na proposta de alteração, nomeadamente nos aspectos objectivos.

----- Considerou também que o regulamento assentava muito na questão do IRS que era objectivo, mas injusto, o que causava muitas injustiças relativamente aos alunos.-----

----- Por último, informou que estavam apenas nos trabalhos preparatórios, mas equacionavam como hipótese de instrumentos de ajuda relevantes: os Serviços Sociais do Município de Odemira, na execução de relatórios sociais e na confirmação de dados; o Conselho Municipal de Educação; as Juntas de Freguesia do concelho, que estavam no terreno e conheciam a realidade das famílias; a questão patrimonial e a relevância dos cursos de formação para o Município de Odemira. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto dois:** ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL, A TÍTULO PÓSTUMO, AO SENHOR MANUEL MARIA DOS REIS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

----- **“PROPOSTA**-----

----- **Manuel Maria dos Reis**, ilustre Odemirense, natural da Freguesia de S. Salvador, nascido em 30 de Dezembro de 1925, cidadão de muita sensibilidade e por todos respeitado,

este Homem Bom, destacou-se pela sua honestidade, coerência e combatividade. -----

----- O Homem, o Cidadão, Manuel Maria dos Reis, foi operário alfaiate, bibliotecário da Fundação Gulbenkian, foi membro integrante da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Odemira a seguir à Revolução de Abril de 1974 e Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, eleito nas listas da CDU, por três mandatos, cujos cargos desempenhou com grande lealdade, zelo, competência, altruísmo e grande dedicação às causas de todos os Odemirenses. -----

----- Foi poeta popular e tudo fez para que um sonho antigo se tornasse realidade. Com a sua persistência e a sua força, a que se lhe juntaram dois funcionários da Câmara Municipal já falecidos, o Senhor António Cançado e o Senhor José Silvestre, que também aqui homenageamos, foram dados os primeiros passos na criação da Banda Filarmónica de Odemira, cujas primeiras aulas tiveram o seu início no dia 5 de Dezembro de 1989.-----

----- Foi com o seu grande empenho, com o apoio da Câmara Municipal de Odemira e das Juntas de Freguesia do Concelho, com donativos e envolvimento da população que foram comprados os primeiros instrumentos. -----

----- Em 1990, um ano depois do início das aulas de música, os Odemirenses puderam ver pela primeira vez a Banda sair à rua, formada por um grupo de miúdos, sob a batuta do maestro Policarpo Godinho. Era a nossa Banda, era o sonho de Manuel Maria dos Reis que se tornava realidade. Seguiram-se momentos altos em que na nossa Vila, nas Freguesias, nas nossas festas, em Lisboa, pelo nosso Alentejo e noutras deslocações pelo País, a música da nossa Banda encheu de alegria e vaidade os corações dos Odemirenses, onde quer que estes estivessem para a ver e ouvir. -----

----- Odemira foi prestigiada pela acção meritória deste grande Humanista, cujo nome ficará na história deste grande Concelho de Odemira. -----

----- Por todo o exposto, os eleitos da CDU propõe a atribuição da Medalha de Mérito

Municipal, a título póstumo, ao **Sr. Manuel Maria dos Reis**, nos termos do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas da Câmara Municipal de Odemira, pelo prestígio e acções desenvolvidas em prol da Comunidade Odemirense, ao longo da sua vida. -----

----- Odemira, 2007-02-15-----

----- Os eleitos da CDU (Executivo Municipal)” -----

----- Nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foi deliberado por consenso proceder à votação por escrutínio secreto, tendo se obtido o seguinte resultado: -----

----- Votantes: trinta; -----

----- Votos a favor: vinte e oito votos; -----

----- Votos contra: um voto; -----

----- Votos (abstenção): um voto. -----

----- Tendo em conta a votação em epígrafe, a proposta em causa foi aprovada por maioria.

----- **Ponto três:** PROPOSTA DE ADESÃO À REDE PORTUGUESA DE MOINHOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente reunião:-----

----- “1 - ASSUNTO N.º 0015-2007 - PROPOSTA DE ADESÃO À REDE PORTUGUESA DE MOINHOS. -----

----- Foi presente a informação nº 658, datada de 21 de Novembro de 2006, proveniente da Divisão de Educação e Cultura a informar que a Rede Portuguesa de Moinhos é um espaço de encontro de pessoas e instituições que de alguma forma conhecem, estudam, possuem, exploram, recuperam ou promovem a reutilização dos moinhos tradicionais portugueses e funciona, em articulação estratégica com a TIMS (Sociedade Internacional de Molinologia), da

qual o Município de Odemira é associada. -----

----- Um dos principais objectivos da rede é a afirmação do Património Molinológico Português como uma mais-valia para o desenvolvimento regional e local, designadamente nas áreas-chave da cultura, educação, empreendedorismo e valorização e promoção turística sustentável e de qualidade. -----

----- Propõe-se que o Município faça a adesão a esta rede. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, devendo ser remetido à Assembleia Municipal, para apreciação e deliberação.” -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que disse: “Chamou-me a atenção isto tratar-se de uma sociedade por quotas e por esse facto, uma potencial angariadora de lucros”. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto quatro:** PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO DE INTERESSE MUNICIPAL: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente reunião:

----- “2 - ASSUNTO N.º 0016-2007 - PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DE PATRIMÓNIO DE INTERESSE MUNICIPAL.-----

----- Foi presente a informação nº 2, datada de 3 de Janeiro de 2007, proveniente da Divisão de Educação e Cultura a informar que nos termos da Lei nº 159/99 de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, dispõe a alínea e) do nº1 do artº 13 que são da competência dos municípios, “... os domínios,

entre outros, do património, cultura...”. -----

----- Pelo disposto na Lei 13/85 de 6 de Julho, constitui obrigação de Estado e demais entidades públicas, promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português, cabendo nomeadamente às autarquias locais o levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação desse mesmo património. -----

----- Nesse mesmo diploma legal é referido que “A protecção legal dos bens materiais que integram o património cultural assenta na classificação dos imóveis e dos móveis.” -----

----- Cabe em especial às Autarquias Locais o dever de promover a classificação de bens culturais, conforme o disposto no nº2 do artº 9º desse mesmo diploma. -----

----- A Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, pode classificar como de valor cultural, em conclusão do processo adequado, os bens culturais imóveis que, não merecendo classificação de âmbito nacional, tenham contudo, assinalável valor regional ou municipal. O mesmo diploma legal diz ainda que esta classificação terá de ser fundamentada segundo critérios que estabeleçam de forma inequívoca a relevância cultural do imóvel em causa e de ser precedida de parecer dos Serviços Regionais do Ministério da Cultura. -----

----- A já referida Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, na alínea b) do nº1 do artº20, determina ainda ser competência dos órgãos municipais, “...Proceder à classificação de imóveis, conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação...”. -----

----- Considera-se que são de interesse patrimonial concelhio, os seguintes imóveis, propriedade do Município de Odemira, pelo seu valor histórico, etnográfico e industrial, pelo que se propõe que sejam classificados como Imóveis de Interesse Municipal: -----

----- Marcos da Barca de Odemira (em Odemira, espécime de elevado valor para a história local);-----

----- Moinho de vento do Cerro dos Moinhos Juntos (em Odemira, espécime de valor

histórico, etnográfico e industrial); -----  
----- Moinho de vento da Longueira (Longueira, espécime de valor histórico, etnográfico e industrial). -----  
----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, devendo ser presente à Assembleia Municipal, para apreciação e deliberação”.-----  
----- Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que perguntou se o património que era classificado tinha de ser propriedade do Município de Odemira. Considerou também se não tivesse de pertencer ao Município, que existia a nível do concelho, muito património religioso que deveriam ser tido em conta, dando como exemplos a Ermida de Santa Bárbara, em São Teotónio, a Igreja de Colos, o Castelo de Milfontes, entre outros. - -----  
----- Por último, considerou que o património existente no concelho de Odemira era muito vasto, para se resumirem apenas aos três exemplos propostos.-----  
----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que chamou a atenção para o facto de um dos marcos da “Barca de Odemira”, estar muito pendido. Considerou ainda que a proposta em causa, não deveria cingir-se apenas à mais valia de ter o património classificado, mas também que se tratasse de uma obrigação para preservar esses monumentos. -----  
----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que disse que concordava com a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio e questionou sobre de quem tinha sido a responsabilidade de recolher os dados, para apenas serem propostas três situações.-----  
----- Disse ainda que existiam muitos outros exemplos que poderiam ter sido incluídos, e bem assim considerou que os documentos propostos, deveriam conter uma justificação própria sobre o porquê de serem esses os escolhidos e não outros.-----  
----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referindo-se à informação

da Técnica Superior do Património Cultural do Município de Odemira, sobre “Moinho da Vila de Odemira – Cerro dos Moinhos Juntos”, perguntou se era possível restaurar o segundo moinho, nomeadamente se existiam fotografias ou descrições em jornais ou livros. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que disse: “Os moinhos são propriedade do Município? Se são tudo bem! Porque as igrejas são propriedade da diocese e o Castelo de Milfontes é propriedade particular”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou, que um dos marcos das barcas de Odemira já estava pendido há bastante tempo, no entanto iria solicitar aos Serviços de Topografia do Município de Odemira para fazerem um levantamento. -----

----- Informou ainda que a proposta em causa era apenas o início de um processo, sem prejuízo de virem a ser outros monumentos classificados. Disse ainda que era o IPPAR – que avaliava os monumentos propostos, sob determinados pressupostos e que constavam no processo em causa. -----

----- Informou ainda que as igrejas eram património religioso e só poderia ser classificado património do Município de Odemira, e bem assim considerou que as Juntas de Freguesia poderia colaborar na indicação de sugestões, uma vez que tinham o conhecimento privilegiado do terreno. -----

----- Relativamente ao Cerro dos Moinhos Juntos, em Odemira, informou que tinham adquirido a casinha que se encontra junto aos moinhos e que era propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Odemira. Disse ainda que a ideia seria colocar um dos moinhos a trabalhar, a casinha seria transformada num mini-museu com o historial do pão e no outro moinho, após restauração, seria colocado um centro de interpretação com equipamento informático, onde pudessem através das novas tecnologias (filmes e vídeos) ver a história do pão. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse o seguinte: “Vamos supor que agora as Juntas de Freguesia vão e bem, propor novos



monumentos de interesse municipal. Os custos que isso tem depois, em termos de manutenção são suportados por quem? Pelo IPPAR ou pelo Município?-----

----- Há uma curiosidade que tenho relativamente à igreja de João das Ribeiras. Se ela é particular, se pertence aos donos da propriedade ou se pertence à igreja?-----

----- Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio que informou que a questão estava em debate com o novo pároco de São Teotónio, porque durante muitos anos havia uma concepção de que a igreja era dos donos da propriedade de João das Ribeiras.-----

----- Informou ainda que o novo pároco fazia questão de, quinzenalmente, ir lá dar a missa e, bem assim referiu que era a Junta de Freguesia que, ultimamente, fazia a limpeza e as reparações na igreja e recinto, quando haviam lá festas. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

----- **Ponto cinco:** DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS DE ENTRE OS CIDADÃOS ELEITORES, PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ALARGADA, DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ODEMIRA: Foi presente o ofício número sessenta e seis, datado de seis de Fevereiro do corrente ano, enviado pela senhora Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, no qual solicitavam a designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores, para a composição da Comissão Alargada daquela entidade, de acordo com o artigo dezassete da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e que ficará arquivado no maço de documentos da presente reunião.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que os elementos designados anteriormente estavam a desempenhar um excelente trabalho, pelo que sugeriu que se deveriam manter os mesmos elementos em função.-----

----- Seguidamente interrompeu a reunião por cinco minutos, nos termos do Regimento dos Membros deste Órgão, para que os representantes de cada força política pudessem debater a sugestão por ele apresentada e cheguem a um consenso.-----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.-----

----- Não havendo mais intervenções, foi deliberado por consenso e unanimidade dos presentes, designar os mesmos membros que já faziam parte da composição alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, ou seja as senhoras Ana Rita Cortes Dias, Isabel Maria Silva Dutra, Tania Maria da Costa Guerreiro e Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas.-----

----- **Ponto seis:** ACORDO DE COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS DO

MUNICIPIO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da presente proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente reunião:

----- “ACORDO DE COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS DO MUNICIPIO DE ODEMIRA: Foi presente o Acordo de Cooperação com todas as Freguesias do Município de Odemira, tendo por objectivo regular o apoio financeiro em pequenos investimentos a realizar pelas Freguesias, no ano de 2007.-----

----- Foi aprovado por unanimidade, devendo ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

----- Interveio o senhor Alberto Santos, em substituição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, que questionou sobre os critérios que fundamentavam a distribuição das verbas.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que os critérios eram os mesmos que já existiam há cerca de nove anos. Disse ainda que a transferência da verba era feita em duas vertentes, ou seja numa vertente de receita/ despesa corrente e noutra de receita/ despesa de capital. -----

----- Relembrou ainda que, anteriormente, as verbas eram transferidas tudo em receita/ despesa corrente, depois através de contratos programas e posteriormente, em acordos de colaboração.--

----- Revelou ainda que em tempos também tentaram criar uma Comissão constituída pelas Juntas de Freguesia do Concelho, para estudar melhor o problema de distribuição da verba. Essa Comissão nunca chegou a um acordo, pelo que foram as próprias Juntas de Freguesia, por ausência de solução, a sugerir o actual critério de distribuição da verba. -----

----- Por último, disse que o presente documento era exactamente igual ao que tinha sido aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, no ano anterior. -----

----- Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que se lembrava da forma como tinham chegado ao actual critério para distribuição das verbas e, bem assim, que o tinha aceite na altura. Considerou ainda que com esta distribuição de verbas, as Juntas de Freguesia que tinham mais meios e mais pessoal ao serviço eram prejudicadas, em relação aquelas que não tinham hipótese de fazerem obras. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou, que os documentos em causa sempre se tinham baseado na Lei de Finanças Locais e, bem assim disse que a distribuição das verbas era feita através dos critérios expressos na Lei, nomeadamente em termos de área, de habitantes e de outros coeficientes que eram aplicados com muito rigor. -----

----- Disse ainda que, devido ao facto das Juntas de Freguesia deixarem de ter algumas competências, aquela tinha sido a melhor forma para não ficarem prejudicadas. -----

----- Por último, disse que estava na lei que a possibilidade das Juntas de Freguesia fazerem protocolos para investimentos em obras, pelo que concordava que os efectuassem sempre que

fossem necessários.-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que considerou que a distribuição das verbas pelas Juntas de freguesia era um assunto complicado, e bem assim disse que a Câmara Municipal estava disponível para acolher soluções apresentadas pelas Juntas de Freguesia.-----

----- Por último disse, relativamente ao última parte da intervenção do Vereador Cláudio Percheiro, que “sendo oposição está de acordo convosco, é pena é não estar de acordo quando era Presidente”.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que uma das grandes dificuldades actuais das Juntas de Freguesia era a falta de pessoal destacado pela Câmara Municipal.-----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que considerou que as despesas com o pessoal custavam a qualquer Junta de Freguesia. Relembrou ainda que São Teotónio era a única Junta de Freguesia que tinha uma retroescavadora nova e um cilindro, ou seja outros meios que as outras Juntas de Freguesia não tinham para executarem determinadas obras.-----

----- Interveio novamente o senhor Alberto Santos, em substituição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, que sugeriu que se criasse, nos próximos anos, a Comissão entre as Juntas de Freguesia, para se tentar definir critérios que fossem mais realistas e que permitissem uma distribuição mais equilibrada das verbas.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu, que tinham falado com as Juntas de Freguesia no sentido de tentarem reforçar o quadro de pessoal, porém com o limite imposto para a despesa com o pessoal, não puderam fazer qualquer contratação.-----

----- Disse ainda que o orçamento para o presente ano, era um pouco mais favorável, pelo que iriam analisar o modo como poderiam reforçar o pessoal para as Juntas de Freguesia.-----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que subscreveu a sugestão do senhor Alberto Santos, porque considerava uma disparidade a distribuição das verbas e considerava que poderiam rever algumas coisas. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----